

ARTIGO - 2. PATRIMÔNIO CULTURAL E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI: O PATRIMÔNIO NA ÉPOCA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: A CONSERVAÇÃO ENTRE NOVOS E VELHOS RISCOS / AS ESCALAS DO PATRIMÔNIO: LOCAL - GLOBAL / MODELOS INOVADORES DE GESTÃO PARTICIPATIVA E ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS / ESTRATÉGIAS DE FINANCIAMENTO PARA A CONSERVAÇÃO..

A PAISAGEM COMO RECURSO POLÍTICO NOS CONFLITOS URBANOS: O CASO DOS RESTAURANTES DE UNIDADE DE VIZINHANÇA (RUVS) EM BRASÍLIA (DF)

Allan Da Silva Ramalho (allanramalho.geo@gmail.com)

Daniel Abreu De Azevedo (daniel.azevedo@unb.br)

A paisagem ocupa um papel central no debate e na formulação de políticas públicas urbanas, sendo associada ao uso integrado e compartilhado entre os agentes. O termo "política da paisagem" emerge quando a paisagem é ativamente mobilizada por esses atores, utilizando diversas narrativas e concepções, com o propósito de aumentar seus capitais políticos. Brasília (DF), devido à sua alta densidade de patrimonializações (federal, distrital e UNESCO), apresenta um campo de estudo instigante. Essas patrimonializações podem ser tanto contestadas quanto reafirmadas pelo conceito de paisagem, evidenciado nos conflitos dos lotes de Restaurante de Unidade de Vizinhança (RUVs) no Plano Piloto. Os RUVs, originalmente parte da escala residencial de Lúcio Costa, ilustram uma disputa entre moradores locais e proprietários.

O objetivo central deste artigo é analisar de que modo os argumentos acionados pelos moradores locais estão intrinsecamente conectados a uma concepção de paisagem que legitima seu pleito nas disputas no espaço urbano.

A metodologia empregada incluiu inicialmente uma revisão bibliográfica sobre a criação de Brasília e os lotes RUVs. Foi realizada uma saída de campo para verificar a situação atual de todos os 31 lotes, notando que, dos 16 lotes na faixa 200, 13 estão vazios e arborizados. Os conflitos foram identificados através de pesquisa em reportagens de jornais locais (Correio Braziliense e Metrôpoles), registrando doze ocorrências entre 2008 e 2022. Para analisar as narrativas e a visão institucional, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com moradores locais (membros do Conselho Comunitário e prefeitura de superquadras) e representantes do Estado (ex-Administradora Regional do Plano Piloto, ex-Superintendente do IPHAN-DF e representante do CONDEPAC). Para o processamento e a análise das transcrições, foi utilizado o software de Inteligência Artificial (IA) Requalify.ai, que auxiliou na quantificação da frequência dos temas e na organização das pautas de reivindicação.

Os resultados indicaram que argumentos associados à paisagem enquanto aspecto verde e identidade modernista local são preponderantes nos discursos dos moradores, ganhando destaque em relação a fundamentações de ordem técnica ou econômica. O estudo demonstrou que o foco no aspecto verde, remetendo à escala bucólica e ao imaginário de Brasília como "cidade-jardim", possui maior capacidade de sensibilizar o Estado. O conflito nos RUVs revela que os moradores acionam narrativas de paisagem insurgente, contestando a paisagem instituída. Além disso, o estudo demonstrou que grupos socialmente e economicamente favorecidos também utilizam a paisagem como recurso político no embate com o Estado. Essa instrumentalização do argumento ambiental e estético tem a capacidade de sobrepor razões mais técnicas e econômicas, alinhando-se à literatura de que a paisagem pode ser utilizada como um instrumento eficaz na disputas dos espaços urbanos.

Palavras-chave: lúcio costa; política da paisagem; política urbana; plano piloto.